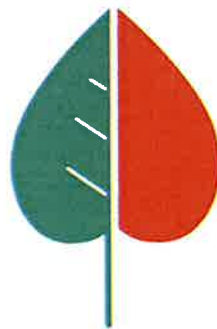




Relatório e Contas 2023

e a s



Empresa de Ambiente na Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Sócios,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023.

1. Enquadramento macroeconómico a. A economia internacional

A nível mundial, o ano de 2023 ficou marcado por vários acontecimentos com reflexos extremamente relevantes no panorama socioeconómico:

- O conflito armado que opõe a Ucrânia com a Rússia mantém-se, não se perspetivando um desfecho a curto prazo.
- Em 7 de outubro, após um ataque por parte do grupo Hamas, Israel iniciou uma operação militar na faixa de Gaza, que perdura à presente data. Decorrente desse conflito armado, verificou-se o aumento direto da instabilidade geopolítica na região, mas com impacto a nível mundial.
- Manutenção da tensão entre a China e Taiwan.
- Fenómenos climáticos extremos aconteceram um pouco por todo o mundo, os quais pressionaram ainda mais os decisores políticos sobre a adoção de políticas de descarbonização.

Segundo o FMI, a economia mundial registou em 2023 um crescimento de 3,1%, estimando para 2024 e 2025, crescimentos de 3,1% e 3,2% respetivamente.



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Também segundo as previsões do FMI, a inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025.

b. A economia nacional

Em Portugal, além de todos os reflexos dos acontecimentos internacionais, o ano de 2023 ficou ainda assinalado pela apresentação do pedido de demissão do Governo em funções, abrindo assim um panorama de incerteza política.

Em termos económicos destacam-se a evolução, dos preços de energia, em baixa, e das taxas de juro, em alta.

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá registar em 2023 um crescimento do PIB de 2,1% face ao ano de 2022. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento do consumo privado e do consumo público em cerca de 1,0% e crescimento das importações e exportações de 1,3% e 4,3% respetivamente.

	2022	2023(p)
Produto interno bruto	6,8	2,1
Consumo privado	5,6	1,0
Consumo público	1,4	1,1
Formação bruta de capital fixo	3,0	0,9
Procura interna	4,4	0,7
Exportações	17,4	4,3
Importações	11,1	1,3

Fonte: Banco de Portugal, adaptado de Boletim Económico dezembro 2023

c. A inflação

Segundo dados do Banco de Portugal o índice harmonizado de preços ao consumidor (IHPC) deverá registar, em dezembro de 2023, uma variação média de 5,3%, contrastando com o valor de 8.1% de 2022.

Já no que concerne aos bens energéticos a variação deverá atingir em 2023 o valor de -8,8%.

Contudo, segundo previsão do Banco de Portugal, a variação deverá ser significativamente inferior em 2024, estimando-se em 2,9 e 3,5% a variação no IHPC e nos bens energéticos, respetivamente.

	2022	2023(p)	2024(p)	2025(p)
Índice harmonizado de preços no consumidor	8,1	5,3	2,9	2,0
Bens energéticos	23,8	-8,8	3,5	0,2
Bens alimentares	11,4	9,2	4,4	2,2
Excluindo bens energéticos	6,7	6,6	2,9	2,1
Excluindo bens energéticos e alimentares	5,0	5,4	2,3	2,1

Fonte: Banco de Portugal, adaptado de Boletim Económico dezembro 2023

d. O mercado de trabalho

Ainda segundo o Banco de Portugal, a taxa de emprego, registou uma variação positiva de 1,5% e 0,8%, respetivamente.

Já a taxa de desemprego registada em 2023 deverá situar-se na casa dos 6,5% da população ativa.

	2022	2023(p)
Emprego	1,5	0,8
Taxa de desemprego	6,1	6,5

Fonte: Banco de Portugal, adaptado de Boletim Económico dezembro 2023

e. A taxa de juro

As taxas EURIBOR são as taxas de juro de referência para o mercado monetário do euro.

Durante o ano de 2021, e à semelhança de 2020, as taxas EURIBOR mantiveram-se em valores negativos, mas apresentando uma tendência crescente no final de 2021.

Já no ano de 2022 verificou-se um incremento significativo das taxas de juro, em particular a partir do início do segundo trimestre, tendo a EURIBOR a 12 meses alcançado no final do ano o valor de 3,291%.

A tendência de crescimento manteve-se durante o ano de 2023, tendo alcançado o valor mais elevado de 4,228% em setembro, sendo que a tendência posterior a essa data inverteu-se, apresentando uma diminuição, embora pouco expressiva, tendo aquela taxa registado o valor de 3,513% no final do ano de 2023.



Fonte: Euribor rates

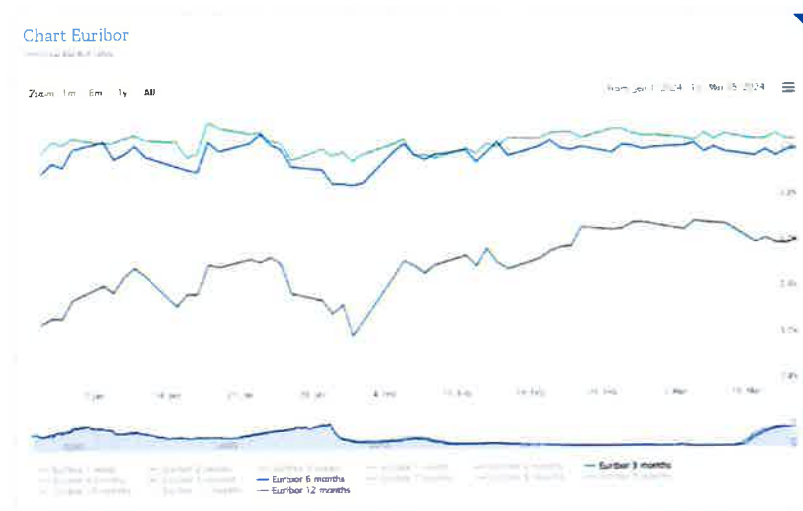
f. Tendências

Internamente, o Banco de Portugal projeta um crescimento do PIB em Portugal de 1,2% em 2024 e de 2,2% em 2025.

	2022	2023(p)	2024(p)	2025(p)
Produto interno bruto	6,8	2,1	1,2	2,2
Consumo privado	5,6	1,0	1,0	1,7
Consumo público	1,4	1,1	1,0	0,9
Formação bruta de capital fixo	3,0	0,9	2,4	5,2
Procura interna	4,4	0,7	1,4	2,2
Exportações	17,4	4,3	2,4	4,0
Importações	11,1	1,3	2,8	4,1

Fonte: Banco de Portugal, adaptado de Boletim Económico dezembro 2023

As taxas EURIBOR registaram nos primeiros dois meses e meio de 2024 uma tendência de estabilidade, tendo a EURIBOR a 12 meses registado o valor de 3.701% a 15 de março.



Fonte: Euribor rates

2. Atividade

A EAS durante o ano de 2023 desenvolveu a sua atividade mormente nas seguintes áreas:

- Gestão de participações financeiras;
- Exploração de parques de estacionamento;
- Prestação de serviços de contabilidade e serviços conexos às suas participadas;
- Apoio operacional e logístico no âmbito do plano de vacinação.

3. Situação Económica e financeira

Entende esta Gerência que a performance da sociedade foi positiva face aos objetivos traçados e considerando ainda todas as contrariedades económicas já elencadas.

- O volume de negócios registou um decréscimo de 39,11.

	2023	2022
Volume de Negócios	1.870.498	3.071.918
Tx Crescimento	-39,11%	37,47%

O Resultado Líquido do período registou o montante de 4.878.071,45 euros, o que representa um incremento de 30,95% face ao ano anterior.

	2023	2022
EBITDA	6.291.161,41	6.464.683,51
Tx Crescimento	-2,68%	746,66%
EBIT	6.143.067,51	5.452.485,83
Tx Crescimento	12,67%	965,71%
EBT	6.118.203,41	5.371.231,34
Tx Crescimento	13,91%	1173,52%
RL	4.878.071,45	3.725.231,34
Tx Crescimento	30,95%	6419,84%

O peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal foi de, respetivamente, 72,3% e 27,2% sobre o volume de negócios.

A rentabilidade líquida das vendas e prestações de serviços do ano de 2023 cifrou-se em 260,79%, o que representa um crescimento de 139,5% face ao ano de 2022.

	2023	2022
VN	1.870.498	3.071.918
CMV	65.986	688.771
CMV / VN	3,5%	22,4%
Variação	-18,9%	6,2%
FSE	1.352.076	1.452.668
FSE / VN	72,3%	47,3%
Variação	25,0%	-23,3%
Gastos Pessoal	508.244	774.163
Gastos Pessoal / VN	27,2%	25,2%
Variação	2,0%	-16,5%
RL	4.878.071	3.725.231
RL / VN	260,79%	121,27%
Variação	139,5%	118,7%

Outros dados significativos, decorrentes da análise das contas, são os seguintes:

	2023	2022
Autonomia Financeira	81,16%	74,89%
Variação	6,27%	-2,13%
Solvabilidade	430,81%	298,20%
Variação	132,60%	-36,98%
Rendibilidade dos Capitais Próprio	21,63%	21,18%
Variação	0,44%	20,77%

4. Investimentos

No ano de 2023 destaca-se a aquisição das instalações da sede sita em Arazede, bem como de uma nave industrial, para efeitos de rentabilização da mesma.

O montante total de investimento no exercício foi de cerca 1.500.000 milhões de euros.

Acresce ainda que, no final do exercício de 2023 foram subscritas 12 unidades de participação do fundo de investimento Bluecrow Innovation Fund V: ISIN: PTBLWNIM0009, no montante global de 600.000,00 euros. O investimento neste fundo, por se destinar posteriormente a financiar empresas que se dediquem sobretudo a I&D (Investigação e Desenvolvimento), atento o definido nos normativos legais e fiscais em vigor, é enquadrável como despesa elegível no âmbito do SIFIDE II, podendo os investidores deduzir à coleta de IRC o benefício fiscal obtido que no presente caso ascende a 82,5%. No caso concreto a dedução estima-se em 495.000,00 euros. Não obstante, considerando que o processo dependerá da apresentação de candidatura junto da ANI (Agência Nacional de Inovação), e apesar de ser expectável o influxo de benefícios económicos futuros, mas estando a aprovação/decisão dependente de entidades externas, o Órgão de Gestão, numa atitude de prudência, entendeu não estarem ainda reunidas todas as condições para que o efeito da referida poupança fiscal fosse considerados nas Demonstrações Financeiras apresentadas, considerando-o como ativo contingente, o qual, nos termos do normativo aplicável deverá ser sujeito a relato mas não a registo contabilístico.

5. Acontecimentos relevantes

No âmbito da gestão da sua carteira de participações sociais em outras entidades destacaram-se os seguintes acontecimentos:

No exercício de 2022, e quanto à sua participada Peipen, da qual já detinha 45% do capital social, a EAS adquiriu as restantes ações representativas de 55% do capital, passando a deter 100% do capital social daquela sociedade. No seguimento do processo de reestruturação, e sempre presente a assunção do cumprimento das obrigações perante terceiros que daí advenham, foi reforçada a provisão para riscos e encargos com os gastos estimados no montante de 375.914 euros, provisão esta que não concorre para gastos fiscais.

No exercício de 2023, e nos mesmos pressupostos, a provisão foi reforçada em 318 021 euros, provisão esta que não concorre para gastos fiscais.

No exercício de 2022 foi realizada uma amortização extraordinária do goodwill resultante da aquisição da participada SNL, uma vez que com resultados por esta gerados, desde a data de aquisição da participação até à data de 31-12-2022, se consideraram realizados os benefícios económicos futuros associados a esse mesmo goodwill. O impacto nas amortizações do período de 2022 ascendeu a 755.973,74 euros.

Foi aprovada pela Comissão Europeia a candidatura de Portugal ao projeto de criação de uma reserva estratégica de medicamentos e equipamentos médicos em território nacional, no valor global aproximado de 146 milhões de euros e tem um prazo de 33 meses. A EAS integra o consórcio responsável por tal projeto, na qualidade de entidade afiliada do SUCH. No âmbito deste projeto foi atribuída à EAS uma verba no montante aproximado de 4.700.000 euros.

6. Perspetivas futuras

É objetivo da Gerência a manutenção dos negócios com rentabilidade positiva e o abandono daqueles que não representam valor para a sociedade.

A Gerência continua atenta à evolução das solicitações do mercado e ao acompanhamento dos negócios das suas participadas.

No atual contexto económico, apresentam-se como especiais incógnitas, a evolução dos preços da energia elétrica e dos combustíveis em geral, e do gás em particular, bem como dos bens alimentares, assim como a evolução das taxas de juros.

7. Gestão de Risco

A política de gestão de risco tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados à atividade, bem como implementar as medidas necessárias à diminuição dos eventuais impactos negativos associados a esses riscos identificados.

Está identificada a volatilidade dos preços da energia, como referido no ponto anterior, bem como a incerteza na evolução das taxas de juro. Para além destes a sociedade não identificou mais nenhum risco relevante relacionado com a sua atividade.

8. Proposta de aplicação de resultados

A Gerência propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que os resultados relativos ao exercício de 2023, no montante de 4 878 071, 45 euros, positivos, já deduzidos da atribuição de uma gratificação aos trabalhadores, no montante de 15 920 euros, resultado aquele que inclui ainda o montante 7 023 510,82 euros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP), efeitos positivos, tenham a seguinte aplicação:

Ajustamentos em ativos financeiros (Lucros não distribuídos) 7 023 510, 82 euros

Verificando-se a insuficiência do "resultado líquido do exercício", em virtude do ajustamento efetuado em "lucros não distribuídos", a Gerência propõe que seja transferido para cobertura da mesma o montante de 2 145 439, 37 euros de "Resultados Transitados".

9. Disposições diversas

Informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo a Segurança Social.

Em relação à questão associada ao relato da informação constante da NCP 25 – Relato por Segmentos, conforme melhor explanado na Nota 21 do Anexo às Demonstrações Financeiras existe um conjunto de limitações que obstam/limitam a sua aplicação, situação que se prevê ultrapassada no próximo exercício. Independentemente disso importa referir que a Entidade possui informação sobre os encargos com as funções exercidas e os custos das mesmas.

Relativamente à divulgação prevista no parágrafo nº 34 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, respeitante à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários não ainda possível dar cumprimento aos mesmos, situação que prevemos seja igualmente ultrapassada no próximo exercício.

Apesar disso, entendemos que a informação constante do Relatório de Gestão cumpre globalmente a legislação aplicável, divulgando a informação necessária e adequada para a compreensão das Demonstrações Financeiras apresentadas.

Tal como referido na Nota 1.2 do Anexo – "Referencial contabilístico e demonstrações financeiras", não foram ainda preparadas Demonstrações Orçamentais, sendo convicção da Gestão que a situação será ultrapassada no exercício de 2024.

Não existiram transações com partes relacionadas, nos termos definidos nos normativos legais/fiscais, para além dos mencionados no relatório de gestão e/ou no anexo às contas.

10. Eventos subsequentes

O Orçamento de Estado para o ano de 2024 estabeleceu o valor de 820,00 € para a Remuneração Mensal Mínima Garantida. Tal representa um aumento de 7,89%, com impacto significativo na massa salarial das empresas em geral. Tal facto não afeta significativamente a EAS.

<u>Legislação</u>	<u>Produção de efeitos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Aumento</u>
Decreto-Lei n.º 107/2023 de 17 de novembro	01-01-2024	820,00 €	7,89%
Decreto-Lei n.º 85-A/2022 de 22 de dezembro	01-01-2023	760,00 €	7,80%
Decreto-Lei n.º 109-B/2021 de 7 de dezembro	01-01-2022	705,00 €	6,00%
Decreto-Lei n.º 109-A/2020 de 31 de dezembro	01-01-2021	665,00 €	4,70%
Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 novembro	01-01-2020	635,00 €	5,80%
Decreto-Lei n.º 117/2018, de 27 dezembro	01-01-2019	600,00 €	3,40%
Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 dezembro	01-01-2018	580,00 €	4,10%

Fonte: Própria – Evolução da RMMG

As taxas Euribor registaram, nos dois primeiros meses de 2024, uma tendência de estagnação, face a 31 de dezembro de 2023.

A atividade operacional da empresa, até ao momento, não sentiu impactos significativos no seu mercado decorrentes desta situação.

Quanto ao aumento do custo dos fatores de produção, atendendo ao setor de atividade, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente a eventuais reduções de procura que possam ocorrer, a Gerência entende que este evento não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual as demonstrações financeiras foram preparadas.

Posto isto, apesar das incertezas e limitações existentes que impedem uma quantificação/estimativa dos efeitos decorrentes da exposição não só da Entidade mas também da generalidade das empresas, não verificamos, à data, a existência de situações que possam resultar na incapacidade de virem a ser cumpridos os compromissos contratuais assumidos, bem como a própria continuidade das operações.

11. Outras informações

O conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia não aparenta ter uma solução a curto prazo.

É também incerta a duração e do desfecho do conflito armado entre Israel e o Hamas.

Acresce ao atrás exposto uma potencial instabilidade política nacional.

Mantém-se uma incerteza geral no que respeita à evolução da economia.

Estes acontecimentos continuam a ser acompanhados pela Administração com particular atenção, procurando mitigar as consequências que possam resultar para a atividade da sociedade.

12. Notas finais

A Gerência agradece a todos os seus parceiros, em particular aos Clientes, Fornecedores e Colaboradores, os quais contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das atividades da sociedade.

Arazede, 8 de abril de 2024

A Gerência,



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, a Gerência declara que:

- a) Não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para negócios entre a Empresa e os seus Gerentes, nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- b) Após o termo do exercício e até à presente data, para além dos constantes do ponto 10 do Relatório de Gestão, não ocorreram outros factos relevantes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas ou que devam ser relatados;
- c) A sociedade não possui sucursais;
- d) Não foram efetuadas operações com quotas próprias, nem adquiridas / alienadas ações durante o exercício;
- e) Não existem dívidas em mora à Segurança Social ou a qualquer Entidade do Setor Público;
- f) Quanto aos objetivos e políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, para além das operações normais de financiamento não são utilizados outros instrumentos;
- g) Conforme o Artigo 447.º do CSC, nenhum membro da Gerência possui quotas da sociedade;
- h) Conforme o Artigo 448.º do CSC, os Sócios que ultrapassam 10% do Capital Social são:
 - SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, que detém 100% do capital social;
- i) Conforme o artigo 289.º do CSC, os Órgãos Sociais (à presente data) são os seguintes:

Gerência:

Mariana Rodrigues Franco

Fiscal Único: Pinto, Barros & Cardoso, SROC, representado por Carlos Miguel Dias Barros.

Revisor Oficial de Contas: Esteves, Pinho & Associados – SROC, Lda., representado por Luís Manuel Moura Esteves.

Não existem outras sociedades em que os membros da Gerência exerçam cargos sociais.

Arazede, 8 de abril de 2024

A Gerência,



EAS - Empresa de Ambiente na Saúde, Unipessoal, Lda

Pólo Logístico e Industrial de Arazede, EN 335

3140-047 Arazede

NIF: 505498954

Balanco individual em 31 DE DEZEMBRO 2023

Euro

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5;6	2.689.098,00	2.660.437,28
Propriedades de investimento	8	1.348.507,73	0,00
Ativos intangíveis	3	70.459,44	84.136,14
Investimentos financeiros	20	14.501.032,50	12.490.099,71
Outros investimentos financeiros	18.4	597.954,00	24.687,78
		19.207.051,67	15.259.360,91
Ativo corrente			
Inventários	10	83.708,10	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	1.055.176,37	1.126.285,09
Estado e outros entes públicos	18.1	280.322,72	257.560,74
Outras contas a receber	18.1	3.936.149,18	6.306.450,38
Diferimentos		950,00	949,68
Caixa e depósitos	1.2	3.224.734,83	530.892,80
		8.581.041,20	8.222.138,69
Total do ativo		27.788.092,87	23.481.499,60
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	18.5	2.679.821,00	2.679.821,00
Reservas	18.5	1.035.964,20	845.328,43
Resultados transitados	18.5	8.874.575,87	7.368.354,24
Ajustamentos em Ativos Financeiros	18.5	5.084.579,04	2.965.893,27
Resultado líquido do período	23.6	4.878.071,45	3.725.231,34
Total do Património Líquido		22.553.011,56	17.584.628,28
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões	15	1.576.021,34	1.289.013,78
Financiamentos obtidos	18.2	0,00	1.594.040,63
		1.576.021,34	2.883.054,41
Passivo corrente:			
Fornecedores	18.2	1.185.632,35	1.112.464,29
Estado e outros entes públicos	18.2	26.790,75	1.355.378,89
Financiamentos obtidos	18.2	0,00	228.562,29
Outras contas a pagar	18.2	401.885,09	317.411,44
Diferimentos	14	2.044.751,78	0,00
		3.659.059,97	3.013.816,91
Total do Passivo		5.235.081,31	5.896.871,32
Total do Património Líquido e Passivo		27.788.092,87	23.481.499,60

O Contabilista Certificado

Fedora d. Simões

A Gerência

[Assinatura]

EAS - Empresa de Ambiente na Saúde, Unipessoal, Lda

Pólo Logístico e Industrial de Arazede, EN 335
3140-047 Arazede
NIF: 505498954

Demonstração dos resultados por naturezas individual do período findo em 31 DE DEZEMBRO 2023

Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Datas	
		2023	2022
Vendas	13	66.574,46	490.744,84
Prestações de serviços	13	1.803.923,62	2.581.173,51
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		0,00	4.088,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20	7.023.510,82	7.084.414,93
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-65.986,49	-688.771,17
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-1.352.075,98	-1.452.667,59
Gastos com o pessoal	19	-508.244,02	-774.163,15
Provisões (aumentos/ reduções)	15	-287.007,56	-407.013,78
Aumentos / reduções de justo valor	18.4	-75.026,91	0,00
Outros rendimentos		64.311,19	295.507,06
Outros gastos	23.2	-378.817,72	-668.629,14
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		6.291.161,41	6.464.683,51
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3;5	-148.093,90	-1.012.197,68
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)		6.143.067,51	5.452.485,83
Juros e gastos similares suportados	6; 23.3	-24.864,10	-81.254,49
Resultados antes de impostos		6.118.203,41	5.371.231,34
Imposto sobre o rendimento		-1.240.131,96	-1.646.000,00
Resultado líquido do período		4.878.071,45	3.725.231,34

O Contabilista Certificado



A Gerência



EAS - Empresa de Ambiente na Saúde, Unipessoal, Lda
Pólo Logístico e Industrial de Arazede, EN 335
3140-047 Arazede
NIF: 505498954

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO 2022

DESCRICÃO	Nota	Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital / Património Realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Resultados Líquido do Período			TOTAL
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1/1/2022)	(1)	2.679.821,00	339.528,43	500.000,00	7.832.821,27	2.475.124,21	57.136,85	13.884.431,76	0,00	13.884.431,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação do resultado líquido			5.800,00		-2.628.247,20	2.679.584,05	-57.136,85		0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	0,00	5.800,00	0,00	2.163.780,17	-2.188.814,99	-57.136,85	-25.034,82	0,00	-25.034,82
Resultado Líquido do Período	(3)					490.769,06			0,00	
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						3.725.231,34		0,00	3.725.231,34
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.668.094,49	3.700.196,52	0,00	3.700.196,52
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2022)	(6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	2.679.821,00	345.328,43	500.000,00	7.368.354,24	2.965.893,27	3.725.231,34	17.584.628,28	0,00	17.584.628,28

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO 2023

DESCRICÃO	Nota	Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital / Património Realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Resultados Líquido do Período			TOTAL
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1/1/2023)	(1)	2.679.821,00	345.328,43	500.000,00	7.368.354,24	2.965.893,27	3.725.231,34	17.584.628,28	0,00	17.584.628,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação do resultado líquido			190.635,77		-3.616.668,23	7.151.263,80	-3.725.231,34		0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	0,00	190.635,77	0,00	5.122.889,86	-5.032.578,03			0,00	90.311,83
Resultado Líquido do Período	(3)					2.118.685,77	-3.725.231,34		0,00	90.311,83
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						4.878.071,45		0,00	4.878.071,45
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.840,11	4.968.383,28	0,00	4.968.383,28
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2023)	(6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	2.679.821,00	535.964,20	500.000,00	8.874.575,87	5.084.579,04	4.878.071,45	22.553.011,56	0,00	22.553.011,56

O Contabilista Certificado

Tedo N.A. Simões

A Gerência

[Assinatura]

EAS - Empresa de Ambiente na Saúde, Unipessoal, Lda

Pólo Logístico e Industrial de Arazede, EN 335

3140-047 Arazede

NIF: 505498954

Demonstração individual dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes		3.554.345,66	3.094.221,41
Recebimentos de Contribuintes			
Recebimentos de Utentes			
Pagamento a Fornecedores		-2.428.606,44	-2.111.169,58
Pagamentos ao Pessoal		-523.892,52	-769.705,46
Caixa gerada pelas operações		601.846,70	213.346,37
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.788.193,72	-485.638,95
Outros recebimentos / pagamentos		1.416.897,46	5.518,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-769.449,56	-266.774,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		-735.163,99	-278.086,97
Activos Intangíveis			
Investimentos Financeiros		-600.000,00	-1.486.001,00
Outros Activos		-1.363.261,48	
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis			2.706,00
Investimentos Financeiros		1.077.250,00	309.000,00
Juros e rendimentos similares		4,25	
Dividendos		5.116.639,86	2.284.280,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3.495.468,64	831.898,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		19.000,00	245.500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-19.000,00	-245.500,00
Juros e gastos similares		-32.177,05	-101.283,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-32.177,05	-101.283,50
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2.693.842,03	463.840,35
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		530.892,80	67.052,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.224.734,83	530.892,80
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		530.892,80	67.052,45
- Equivalentes a caixa no início do período		510.000,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo de gerência anterior		20.892,80	67.052,45
De execução orçamental		19.462,80	67.052,45
De operações de tesouraria		1.430,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.224.734,83	530.892,80
- Equivalentes a caixa no fim do período		1.100.000,00	510.000,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para gerência seguinte		2.124.734,83	20.892,80
De execução orçamental		517.953,05	19.462,80
De operações de tesouraria		1.606.781,78	1.430,00

O Contabilista Certificado

Paula N.A. Simões

A Gerência

[Assinatura]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Montantes expressos em euros)

Nota Introdutória

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxo de caixa.

Não existem quaisquer impactos relevantes a assinalar uma vez que as políticas contabilísticas se mantêm compatíveis com anos anteriores.

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1—Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: EAS – Empresa de Ambiente na Saúde, Unipessoal Lda.
Endereço: Pólo Logístico e Industrial de Arazede, EN 335
3140-047 Arazede, Montemor-o-Velho
Código da classificação orgânica: 1 90 41 00
Tutela: Ministério da Saúde – ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

Designação e sede da entidade que controla final

A EAS é detida a 100% e controlada pela seguinte entidade:

SUCH – Serviço de utilização Comum dos Hospitais
Parque de Saúde de Lisboa, Av. do Brasil, nº 53, Pavilhão 33-A
1749-003 Lisboa

1.2—Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e no pressuposto do acréscimo, e de acordo com o Sistema Contabilístico para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

b) Derrogação de disposições do SNC-AP

Não foram preparadas Demonstrações Orçamentais relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da NCP26 do SNC-AP, por limitações associadas à sua incompleta implementação, sendo que está em processo de implementação para 2024. De igual forma e pelos mesmos motivos, a EAS ainda não possui um sistema que lhe permita assegurar a informação por segmentos e atividades, tal como previsto, respetivamente, na NCP 25 – Relato por Segmentos e NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

c) Comparabilidade

A EAS aplica o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) desde 2018.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2023.

(d) Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

As quantias de caixa e seus equivalentes estão totalmente disponíveis para uso.

(e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

O saldo de Caixa e Depósitos Bancários em 2023 e 2022, detalha-se como se segue:

	2023	2022
Caixa	287,82	364,64
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.224.447,01	530.528,16
TOTAL	3.224.734,83	530.892,80

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 – Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no pressuposto do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, as Normas Contabilidade Pública (NCP).

2.1.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e restauração dos respetivos locais de localização que a Sociedade espera incorrer.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método a depreciação é feita por via de um débito constante durante a vida útil do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Classe	Anos	Taxa de amortização
Terrenos	---	---
Edifícios	50	2,00%
Outras Instalações	10	10,00%
Eq. Básico - Cafetarias/Cozinhas	7	14,28%
Eq. Básico - Armazéns	8	12,50%
Eq. Administraivo	4	25,00%

Em ativos fixos tangíveis estão registados os valores dos terrenos, edifícios e outras construções e equipamentos básicos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

2.1.2 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade e registada na demonstração de resultados na rubrica "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.1.3 – Participações Financeiras em Subsidiárias, Empresas Conjuntamente Controladas e Associadas

Foi mantido o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a valorização destas participações. De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da EAS incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existirem.

Quando a proporção da EAS nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a EAS tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, caso em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a EAS retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da EAS nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

2.1.4 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP18 – Instrumentos Financeiros.

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As contas de “Clientes” e “Outras Contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal (não atualizado), diminuído de eventuais perdas de imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, como já mencionado em ponto anterior.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

A Empresa apenas desreconhece ativos financeiros quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa apenas desreconhece passivos financeiros quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou prescreva.

2.1.5 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.1.6 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associados a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos

passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

2.1.7 – Imposto sobre o rendimento

Quando há lugar a imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é registado na demonstração dos resultados e corresponde à soma dos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.1.8 – Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.1.9 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.1.10 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Com a publicação do Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foi aprovado o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) assente na seguinte estrutura normativa:

Estrutura Conceptual Informação Financeira - Anexo I do D/L 192/2015 de 11/9

Normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS e o SNC - Anexo II do D/L 192/2015 de 11/9

Modelos de Demonstrações Financeiras – NCP 1

Norma relativa à contabilidade orçamental – NCP 26

Norma relativa à contabilidade de gestão – NCP 27

Plano de contas multidimensional e notas explicativas – Anexo III do D/L 192/2015 de 11/9

Classificador Complementar 1 – Entidades - Anexo III do D/L 192/2015 de 11/9

Classificador Complementar 2 – Cadastro e Vidas Úteis de AFT/AI/PI - Anexo III do D/L 192/2015 de 11/9.

O Decreto Lei 192/2017, de 11 de setembro, com as alterações resultantes do Decreto Lei 85/2016, de 21 de dezembro, vem definir as entidades a quem se aplica o SNC-AP, incluindo para aplicação às Entidades Públicas Reclassificadas, aplicável aos períodos que se iniciem em ou após 01 de janeiro de 2018.

A Portaria 218/2016, de 9 de Agosto, prevê um Regime Simplificado em SNC-AP para determinadas entidades, desde que as mesmas não integrem o perímetro de consolidação de contas, caso em que tais entidades têm de aplicar a mesma base normativa que a entidade consolidante (cf. n.º 1 do artigo 7.º da referida Portaria).

A Entidade EAS, como entidade que integra o perímetro de consolidação do SUCH, encontra-se obrigada a aplicar o Regime Geral do SNC-AP. Da aplicação dessas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Entidade.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não se vislumbra risco significativo que possa vir a provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos do próximo ano.

2.5 – Alterações de políticas contabilísticas

A entidade estima, por norma, a vida útil do goodwill em 10 anos. Excecionalmente, no ano de 2022, foi realizada uma amortização extraordinária do goodwill resultante da aquisição da participada SNL, uma vez que com resultados por esta gerados, desde a data de aquisição da participação até 31-12-2022, se consideraram realizados os benefícios económicos futuros associados a esse mesmo goodwill. O impacto nas amortizações daquele período ascendeu a 755.973,74 euros. Desse modo, o goodwill mencionado foi amortizado na íntegra no período de 5 anos.

2.7 – Alterações de estimativas contabilísticas

Em 2023 a taxa de desconto utilizada para atualização dos ativos para o valor presente foi atualizada considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano, por ser entendimento da gestão que será a que melhor se adequa ao cenário financeiro atual. Caso fosse considerada a taxa de desconto do exercício anterior (6%) o ativo e os resultados viriam superiores em cerca de 339.000 euros.

3 —Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis relevados nas demonstrações financeiras dizem respeito às classes de Goodwill e Programas de computador e sistemas de informação. Todos os ativos intangíveis resultaram de compra, não existindo ativos intangíveis gerados internamente. As vidas úteis estimadas para estes ativos são como segue:

Classe	Anos	Taxa de amortização
Goodwill	10 anos	10,00%
Programas de computador e sistemas de informação	3 anos	33,33%

O método de amortização utilizado para a amortização dos ativos intangíveis é o das quotas constantes, a partir da data de aquisição do bem.

No exercício de 2022 foi realizada uma amortização extraordinária do goodwill resultante da aquisição da participada SNL, uma vez que com os resultados por esta gerados, desde a data de aquisição da participação até 31-12-2022, se consideraram realizados os benefícios económicos futuros associados a esse mesmo goodwill. O impacto nas amortizações naquele período ascendeu a 755.973,74 euros.

As quantias brutas e amortizações acumuladas, no início e no final de 2023 e 2022 são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS	01/01/2023				31/12/2023			
	Quantia bruta	Amort. acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Amort. acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Goodwill	1322.367,83	1248.704,79		73.663,04	1322.367,83	1256.692,25		65.675,58
Programas de computador e sistemas de informação	31069,40	20.596,30		10.473,10	31069,40	26.285,54		4.783,86
Total	1353.437,23	1269.301,09	0,00	84.136,14	1353.437,23	1282.977,79	0,00	70.459,44

ATIVOS INTANGÍVEIS	01/01/2022				31/12/2022			
	Quantia bruta	Amort. acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Amort. acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Goodwill	1252.296,69	363.413,90		888.882,79	1322.367,83	1248.704,79		73.663,04
Programas de computador e sistemas de informação	28.419,40	13.255,92		15.163,48	31069,40	20.596,30		10.473,10
Total	1280.716,09	376.669,82	0,00	904.046,27	1353.437,23	1269.301,09	0,00	84.136,14

Os montantes registados na rubrica de Goodwill dizem respeito à diferença entre os valores de compra e o justo valor dos ativos e passivos relativos às aquisições das participações na sociedade SNL, Neovalor e Ertes.

A reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022 é como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS - 2023	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Goodwill	73.663,04	0,00	7.987,46	65.675,58
Programas de computador e sistemas de informação	10.473,10	0,00	5.689,24	4.783,86
Total	84.136,14	0,00	13.676,70	70.459,44

ATIVOS INTANGÍVEIS - 2022	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Goodwill	888.882,79	70.071,14	685.290,89	73.663,04
Programas de computador e sistemas de informação	15.163,48	2.650,00	7.340,38	10.473,10
Total	904.046,27	72.721,14	692.631,27	84.136,14

O detalhe das adições ocorridas nos períodos de 2023 e 2022 é o seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições					
	Internas	Compra	Transferência ou troca	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Total
Goodwill						0,00
Programas de computador e sistemas de informação						0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições					
	Internas	Compra	Transferência ou troca	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Total
Goodwill		70.071,14				70.071,14
Programas de computador e sistemas de informação		2.650,00				2.650,00
Total	0,00	72.721,14	0,00	0,00	0,00	72.721,14

Em 2022 ocorreu adição nos valores de goodwill relacionadas com a aquisição de quotas na sociedade ERTES.
Em 2023 não ocorreu qualquer adição.

4 —Acordos de concessão de serviços: Concedente

Não aplicável

5 —Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos fixos tangíveis relevados nas demonstrações financeiras encontram-se detalhados nos mapas abaixo.

As vidas úteis estimadas para estes ativos são como segue:

Classe	Anos	Taxa de amortização
Terrenos	---	---
Edifícios	50	2,00%
Outras Instalações	10	10,00%
Eq. Básico - Cafetarias/Cozinhas	7	14,28%
Eq. Básico - Armazéns	8	12,50%
Eq. Administraivo	4	25,00%

O método utilizado para a depreciação dos ativos fixos tangíveis é o das quotas constantes, a partir da data de aquisição do bem, em regime duodecimal.

As quantias brutas e amortizações acumuladas, no início e no final de 2023 e 2022 são as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Quantias brutas e amortizações acumuladas - 2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	01/01/2023			31/12/2023				
	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão				0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos	650 000,00	0,00	0,00	650 000,00	685 981,88	0,00		685 981,88
Edifícios e outras construções	1950 000,00	146 250,00	0,00	1803 750,00	2 057 945,63	186 689,27		1871 256,36
Equipamento básico	504 700,00	318 281,74	0,00	186 418,26	504 700,00	390 251,44		114 448,56
Equipamento de transporte	6 000,00	3 250,00	0,00	2 750,00	6 000,00	6 000,00		0,00
Equipamento administrativo	22 966,36	15 041,36	0,00	7 925,00	22 966,36	18 030,02		4 936,34
Outros	11 618,99	2 024,97	0,00	9 594,02	16 015,65	3 540,79		12 474,86
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	3 145 285,35	484 848,07	0,00	2 660 437,28	3 293 609,52	604 511,52	0,00	2 689 098,00

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Quantias brutas e amortizações acumuladas - 2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	01/01/2022			31/12/2022				
	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão				0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos	650 000,00	0,00	0,00	650 000,00	650 000,00	0,00		650 000,00
Edifícios e outras construções	1950 000,00	107 250,00	0,00	1842 750,00	1950 000,00	146 250,00		1803 750,00
Equipamento básico	508 850,45	246 779,01	0,00	262 071,44	504 700,00	318 281,74		186 418,26
Equipamento de transporte	6 000,00	250,00	0,00	5 750,00	6 000,00	3 250,00		2 750,00
Equipamento administrativo	22 627,36	11 337,90	0,00	11 289,46	22 966,36	15 041,36		7 925,00
Outros	5 376,11	572,63	0,00	4 803,48	11 618,99	2 024,97		9 594,02
Ativos fixos tangíveis em curso	7 442,88	0,00	0,00	7 442,88	0,00	0,00		0,00
Total	3 150 296,80	366 189,54	0,00	2 784 107,26	3 145 285,35	484 848,07	0,00	2 660 437,28

A reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022 é como segue:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período de 2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	650 000,00	35 981,88	0,00			685 981,88
Edifícios e outras construções	1803 750,00	107 945,63	40 439,27			1871256,36
Equipamento básico	186 418,26		71 969,70			114 448,56
Equipamento de transporte	2 750,00		2 750,00			0,00
Equipamento administrativo	7 925,00		2 988,66			4 936,34
Outros	9 594,02	4 396,66	1 515,82			12 474,86
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	2 660 437,28	148 324,17	119 663,45	0,00	0,00	2 689 098,00

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período de 2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	650 000,00		0,00			650 000,00
Edifícios e outras construções	1842 750,00		39 000,00			1803 750,00
Equipamento básico	262 071,44		72 410,61		3 242,57	186 418,26
Equipamento de transporte	5 750,00		3 000,00			2 750,00
Equipamento administrativo	11 289,46	339,00	3 703,46			7 925,00
Outros	4 803,48	6 242,88	1 452,34			9 594,02
Ativos fixos tangíveis em curso	7 442,88		0,00		7 442,88	0,00
Total	2 784 107,26	6 581,88	119 566,41	0,00	10 685,45	2 660 437,28

O detalhe das adições ocorridas nos períodos de 2023 e 2022 é o seguinte:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - desagregação das Adições - 2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				
	Internas	Compra	Locação financeira	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão					
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais		35 981,88			35 981,88
Edifícios e outras construções		107 945,63			107 945,63
Equipamento básico					0,00
Equipamento de transporte					0,00
Equipamento administrativo					0,00
Equipamentos biológicos					0,00
Outros		4 396,66			4 396,66
Total	0,00	148 324,17	0,00	0,00	148 324,17

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - desagregação das Adições - 2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				
	Internas	Compra	Locação financeira	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão					
Outros ativos fixos tangíveis					
Equipamento administrativo		339,00			339,00
Outros				6 242,88	6 242,88
Total	0,00	339,00	0,00	0,00	6 581,88

Os montantes registados nas adições de A. F. Tangíveis de 2023 respeitam a aquisições de lotes de terreno na Zona Industrial de Arazede.

De referir que, apesar de não resultar em qualquer alteração contabilística, foi exercido o direito de opção de compra das instalações da sede, sita na Zona Industrial de Arazede, que se encontrava em regime de locação financeira.

6 — Locações

6.1 — Quadro Locações Financeiras – Locatário

A EAS tinha registada em 31-12-2022 como locação financeira, a locação do edifício industrial de Arazede, o qual inclui o terreno e o edifício.

O prazo do contrato era de 120 meses, tendo-se iniciado em abril de 2019 e com término em março de 2029.

RUBRICAS	Investimento bruto na locação	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros pagamentos mínimos (*)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Terrenos e edifícios	2.600.000	219.272	80.728	777.397	321.603	300.000	1.200.000	600.346	2.100.346	1.822.603	0
Total	2.600.000	219.272	80.728	777.397	321.603	300.000	1.200.000	600.346	2.100.346	1.822.603	0

(*) No valor dos "futuros pagamentos mínimos" estão incluídos o valor do capital e dos juros

No ano de 2023, a EAS exerceu o direito de aquisição antecipada, tendo desse modo comprado e pago o valor remanescente, nos termos do contrato. Pelo que a 31-12-2023, não existem contratos de locação ativos, na ótica do locatário. Até ao exercício do direito de opção, foram incorridos 24.864,10 euros em juros, relacionados com rendas decorridas entre janeiro e abril de 2023.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável

8 — Propriedades de investimento

Em fevereiro de 2023, a EAS adquiriu imóvel sito no Cartaxo, que incluiu terreno e instalações, com o propósito de arrendamento do mesmo, com um valor de aquisição total de 1.125.900 euros.

Em março de 2023, a EAS adquiriu 3 lotes de terrenos, sitos na Zona industrial de Arazede, com o objetivo de rentabilizar assim que concluídos os projetos de edificações previstas para os mesmos, com um valor de aquisição total de 209.227,70 euros.

Em ambas as aquisições, foi utilizado o modelo do custo, encontrando-se considerados contabilizados como custos de aquisição os valores das contraprestações realizadas.

O método utilizado para a depreciação das propriedades de investimento é o das quotas constantes, a partir da data de aquisição do bem, em regime duodecimal.

As vidas úteis estimadas para estes ativos são como segue:

Classe	Anos	Taxa de amortização
Terrenos	---	---
Edifícios	50	2,00%

As quantias brutas e amortizações acumuladas, no início e no final de 2023 são as seguintes:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO Consideradas ao Modelo do Custo	01-01-2023				31-12-2023			
	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Deprec. Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Bens de domínio público				0,00	0,00	0,00		0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00	530.377,70	0,00		530.377,70
Edifícios e outras construções				0,00	804.750,00	14.753,75		789.996,25
Outras propriedades de investimento				0,00				0,00
Propriedades Investimento em curso				0,00	28.133,78			28.133,78
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.261,48	14.753,75	0,00	1.348.507,73

A reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período de 2023 é como segue:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - Consideradas ao modelo do custo - Reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período de 2023

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO Consideradas ao Modelo do Custo	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público						0,00
Terrenos e recursos naturais		530.377,70				530.377,70
Edifícios e outras construções		804.750,00	14.753,75			789.996,25
Outras propriedades de investimento						0,00
Propriedades Investimento em curso		28.133,78				28.133,78
Total	0,00	1.363.261,48	14.753,75	0,00	0,00	1.348.507,73

O detalhe das adições ocorridas no período de 2023 é o seguinte:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - Consideradas ao modelo do custo - desagregação das Adições - 2023

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO Consideradas ao Modelo do Custo	Adições					
	Compra	Dispendio Subsequente reconhecido como ativo	Trf para e de Inventários e Prop. Ocupada pelo proprietário	Imparidades	Outras	Total
Bens de domínio público						0,00
Terrenos e recursos naturais	530.377,70					530.377,70
Edifícios e outras construções	804.750,00					804.750,00
Outras propriedades de investimento						0,00
Propriedades Investimento em curso	28.133,78					28.133,78
Total	1.363.261,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.261,48

9 – Imparidade de ativos

Não aplicável

10 – Inventários

O detalhe dos inventários era a 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Mercadorias	83.708,10		83.708,10
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			0,00
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	83.708,10	0,00	83.708,10

Os movimentos ocorridos nas rubricas de inventários em 2023 podem ser resumidos da seguinte forma:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidades	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias		149.694,59	65.986,49						83.708,10
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo									0,00
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total	0,00	149.694,59	65.986,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.708,10

A 31 de dezembro de 2022 não existiam inventários.

O detalhe dos inventários era a 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			0,00
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Os movimentos ocorridos nas rubricas de inventários em 2022 podem ser resumidos da seguinte forma:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidades	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.917,34	677.853,83	688.771,17						0,00
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total	10.917,34	677.853,83	688.771,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11 — Agricultura

Não aplicável

12 — Contratos de construção

Não aplicável

13 — Rendimento de transações com contraprestação

As transações com contraprestações existentes na entidade, resumem-se a quatro setores de atuação operacional: serviços de restauração (exploração de cafetarias), serviços de exploração de estacionamento (gestão de parques), fornecimento de bens alimentares, apoio logístico ao plano de vacinação e outros serviços (inclui serviços de contabilidade, serviços de recursos humanos, serviços administrativos e outros serviços).

O detalhe dos rendimentos em 2023 e 2022 é como segue:

Categoria de Rendimento	2023	2022
Venda de bens	66.574,46	490.744,84
Prestação de serviços	1803.923,62	2.581.173,51
Juro		
Royalties		
Dividendos ou distribuições similares		
Rendimentos Suplementares	63.385,80	227.440,77
Outros rendimentos	925,39	68.066,29
Rendimento proveniente de troca de bens	0,00	0,00
Total	1934.809,27	3.367.425,41

No que concerne à diminuição da rubrica Rendimentos Suplementares, informa-se que tal está relacionado com a alteração na contabilização de alguns tipos de rendimento para a rubrica de Prestação de Serviços.

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

O montante apresentado na rubrica diferimentos está relacionado com projeto português para constituição de reserva estratégica de medicamentos e equipamentos médicos financiados pela Comissão Europeia, denominado projeto rescEU, o qual junta várias entidades do Ministério da Saúde, conforme referido no ponto 5 do Relatório de Gestão.

O montante estimado total para a EAS ascende a cerca de 4.698.700 euros.

Quanto ao valor registado no exercício (montante de 2.044.752 euros), o mesmo teve por base o disposto na FAQ n.º 42 da CNC-AP, correspondendo à importância efetivamente recebida em 2023.

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2019, foi dada como garantia a empréstimo solicitado e concedido pela Somos Ambiente (participada da EAS), "carta de conforto" assinada pela EAS e pelo SUCH, em que dão conhecimento das condições do empréstimo, afirmam que não é sua intenção alienar as participações (100% do SUCH na EAS, e 45% da EAS na Somos Ambiente), e ainda confirmam o conhecimento de que o empréstimo apenas foi concedido na garantia destas participações se manterem, a qual se mantém em vigor.

A 31 de dezembro de 2023 encontravam-se também ativas as seguintes garantias prestadas:

Tipo	Valor	Entidade	Âmbito
Aval por livrança	71.233,22	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº 03002/2019 - Prestação serviços de lavandaria e tratamento de roupa - Hospital da Sra. De Oliveira, Guimarães.
Aval por livrança	89.860,75	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº PI/22/2021 - Prestação serviços recolha, transporte, lavagem e tratamento de roupa suja e entrega, costura, distribuição e arrumação de roupa limpa hospitalar do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, em Lisboa.
Aval por livrança	33.226,43	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº CPI01819/2019 - Serviço de lavagem e tratamento hospitalar de Braga.
Aval por livrança	33.627,09	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº 24 1397-21 - Prestação serviços de lavandaria e tratamento de roupa - Hospital da Sra. De Oliveira, Guimarães.
Aval por livrança	66.452,86	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº CPI01819/2019 - Serviço de lavagem e tratamento hospitalar de Braga.
Aval por livrança	91.179,29	SNL Ibérica	Proc. Concurso Público nº 11-2022-8 - Aquisição de Serviços de Lavagem e Tratamento de Roupa Hospitalar - Hospital de Póres E.P.E. - Hospital Beatriz Ângelo.
Aval por livrança	25.243,74	SNL Ibérica	Proc. Nº ADAQ n.º 23-119 - Apoio operacional à prestação de serviços de lavagem e tratamento de roupa hospitalar.
Aval por livrança	499.756,11	SNL Ibérica	Locação Financeira Mobiliária.
Aval por livrança	3.505,32	SNL Ibérica	Locação Financeira.
Aval por livrança	33.238,99	SNL Ibérica	Locação Financeira.
Total	947.323,80		

A EAS procedeu a reclamação graciosa associada à Modelo 22 do exercício de 2014, com o objetivo de deduzir prejuízos fiscais de anos anteriores não incluídos na declaração por lapso, no montante de 252.021,15 euros. Atualmente, encontra-se a aguardar resposta da AT após o exercício do direito de Audiência Prévia nos termos do Art.º 60, processo 613/18.4BELRS.

Corre no DCIAP o processo 413/14.OTELSB, ainda em fase de inquérito, do qual não se esperam quaisquer impactos.

Foi constituída em 2021 provisão para riscos e encargos, no montante 882.000,00 euros, relativa ao processo de reestruturação da participada Peipen, da qual, é provável a necessidade de fazer face a encargos daí resultantes. Em 2022 foi reforçada essa provisão pelo montante de 376 000 euros. Em 2023 foi, novamente, reforçada essa provisão pelo montante de 318 000 euros.

A participada ASPB registou no seu balanço a 31-12-2022 um capital próprio negativo de 62 027, 56 euros. Pelo facto foi constituída provisão para riscos e encargos na proporção da participação da EAS sobre o valor do capital próprio da ASPB, naquele exercício. Tal situação encontrava-se revertida em 31-12-2023, pelo que aquela provisão foi anulada no exercício de 2023.

Relativamente a situações enquadráveis como Ativos Contingentes no final do Exercício de 2023, as quais, atento o disposto no 4.3 da NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são sujeitas a relato, mas não a registo contabilístico, destacamos as seguintes:

i) – Cerca de 227 000,00 euros relacionados com suprimentos concedidos pelo anterior acionista da participada Peipen, S.A., cedidos a favor da EAS os quais, considerando que os Capitais Próprios da mesma são negativos, a probabilidade da sua materialização como Ativo será praticamente impossível, ou muito difícil;

ii) - Conforme referido na Nota 18.4, no final do exercício de 2023 foram subscritas 12 unidades de participação do fundo de investimento Bluecrow Innovation Fund V: ISIN: PTBLWNIM0009, no montante global de 600.000,00 euros. O investimento neste fundo, por se destinar posteriormente a financiar empresas que se dediquem sobretudo a I&D (Investigação e Desenvolvimento), atento o definido nos normativos legais e fiscais em vigor é enquadrável como despesa elegível no âmbito do SIFIDE II, podendo os investidores deduzir à coleta de IRC o benefício fiscal obtido que no presente caso ascende a 82,5%. Dedução esta que ascende a 495.000,00 euros.

Apesar disso, considerando que o processo dependerá da apresentação de candidatura junto da ANI (Agência Nacional de Inovação), e apesar de ser expectável o influxo de benefícios económicos futuros, mas estando a aprovação/decisão dependente de entidades externas, o Órgão de Gestão, numa atitude de prudência, entendeu não estarem ainda reunidas todas as condições para que o efeito da referida poupança fiscal fosse considerados nas Demonstrações Financeiras apresentadas, considerando-o como activo contingente, o qual, nos termos do normativo aplicável deverá ser sujeito a relato mas não a registo contabilístico.

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

17 —Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 8 de abril de 2024 pela Gerência da sociedade.

No período que decorreu entre 31-12-2023 e 08-04-2024 não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31-12-2023.

Não obstante, entende-se prudente mencionar que O conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia não aparenta ter uma solução a curto prazo. É também incerta a duração e do desfecho do conflito armado entre Israel e o Hamas.

Acresce ao atrás exposto uma potencial instabilidade política nacional. Mantém-se uma incerteza geral no que respeita à evolução da economia.

Estes acontecimentos continuam a ser acompanhados pela gerência com particular atenção, procurando mitigar as consequências que possam resultar para a atividade da sociedade.

Posto isto, apesar das incertezas e limitações existentes que impedem uma quantificação/estimativa dos efeitos decorrentes da exposição não só da Entidade mas também da generalidade das empresas, não verificamos, à data, a existência de situações que possam resultar na incapacidade de virem a ser cumpridos os compromissos contratuais assumidos, bem como a própria continuidade das operações.

18 — Instrumentos financeiros

Divulgações gerais

18.1 Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as contas de clientes, Estado e Outros Entes Públicos e outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

Rubrica	2022			2023		
	Quantia escriturada bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Cientes, contribuintes e utentes	1.126.285,09	0,00	1.126.285,09	1.055.176,37	0,00	1.055.176,37
Estado e outros entes públicos	257.560,74	0,00	257.560,74	280.322,72	0,00	280.322,72
Outras contas a receber	6.306.450,38	0,00	6.306.450,38	3.936.149,18	0,00	3.936.149,18
Total	7.690.296,21	0,00	7.690.296,21	5.271.648,27	0,00	5.271.648,27

Cientes:

Os principais clientes são empresas relacionadas, nomeadamente SUCH (645.908€), Produtos Alimentares Peipen (241.234€), Somas & Traços (74.128€), Neovalor (43.010€) e Ertes (24.200€). Não foram identificados indícios de imparidades nos saldos de clientes.

Outras contas a receber:

O principal saldo a receber a 31-12-2023, no montante de 1.893.506,82 euros provém da alienação da participação da empresa Somas & Traços, SA, em 2021.

Em termos brutos o montante a receber ascende a 3.836.750,00 euros, atualizado para o momento presente cujo efeito global ascende a 1.943.243,18 euros.

Foi efetuada no exercício de 2023 uma antecipação de rendas no montante de 1.000.000 euros, tendo sido considerado um desconto no valor de 287.500 euros.

O plano prestacional previamente acordado (a rendas constantes) estende até ao ano 2039 a liquidação da dívida, a qual e conforme referido anteriormente, foi atualizada considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano, por ser entendimento da gestão que será a que melhor se adequa ao cenário financeiro atual.

Caso fosse considerada a taxa de desconto do exercício anterior (6%) o ativo e os resultados viriam superiores em cerca de 339.000 euros.

Os restantes saldos que justificam o montante global da rubrica referem-se a saldos com partes relacionadas, a saber:

Peipen	1.200.000 euros - suprimentos
ASPB	234.400 euros – crédito cedido
Somas Ambiente	446.490 euros – dividendos atribuídos ainda não recebidos
Ertes	33.750 euros - dividendos atribuídos ainda não recebidos
Acréscimo de rendimentos	125.916 euros

18.2 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as contas de passivos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

Rubrica	2023	2022
Fornecedores	1.185.632,35	1.112.464,29
EOEP - IRC	0,00	1.326.941,00
EOEP - Retenções na fonte efetuadas a terceiros	6.751,00	11.084,00
EOEP - Segurança Social	20.039,75	17.124,79
EOEP - FCT / FCGT	0,00	229,10
Financiamentos obtidos	0,00	1.822.602,92
Acréscimo de gastos	179.669,09	155.981,44
Cauções	2.030,00	1.430,00
Outros credores	220.186,00	160.000,00
Diferimentos	2.044.751,78	
Total	3.659.059,97	4.607.857,54

Os saldos a 31 de dezembro de 2023 são explicados como segue.

O principal saldo em dívida com fornecedores é com a casa-mãe SUCH (916.602 €).

Os valores a pagar relativos a retenções de IRS na fonte e segurança social respeitam aos valores processados em dezembro de 2023 com pagamento ao Estado em janeiro de 2024.

Os valores de Acréscimos de Gastos dizem respeito à estimativa de Férias e Subsídios de Férias com funcionários de 2023 mas que apenas serão pagas em 2024 e respetivos encargos (65.536€) e a gratificações de balanço tal como referidas no ponto 8 do Relatório de Gestão. Concorrem ainda para aquele saldo outros acréscimos de fornecimento e serviços como energia, seguros e outros serviços no montante de cerca de 112.640 euros.

Em outros credores encontra-se o valor de 220.000€ que resulta de encontros de contas efetuados com o SUCH e a ASPB.

Quanto aos diferimentos, e conforme melhor explicado na nota 14 do presente anexo, respeitam a rendimento diferidos.

Os saldos a 31 de dezembro de 2022 são explicados como segue.

O principal saldo em dívida com fornecedores é com a casa-mãe SUCH (947.114 €).

O montante relativo à rubrica EOEP – IRC respeita à estimativa de imposto para o exercício deduzida dos pagamentos por conta efetuados durante o ano de 2022.

Os valores de Acréscimos de Gastos dizem essencialmente respeito à estimativa de Férias e Subsídios de Férias com funcionários de 2022 mas que apenas serão pagas em 2022 (65.536€) e a gratificações de balanço tal como referidas no ponto 8 do Relatório de Gestão.

Os outros acréscimos de gastos respeitam essencialmente a valores de fornecimentos e serviços externos utilizados pela EAS em 2022 mas cuja fatura foi emitida em 2023.

Em outros credores está o valor de 160.000€ que resulta de encontros de contas efetuados com o SUCH e a ASPB.

18.3 Instrumentos de cobertura de risco

A Entidade não usa instrumentos derivados para cobertura de riscos.

18.4 Outros instrumentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Por força do Decreto Lei 70/2013 de 30 de agosto, as empresas viram-se obrigadas a constituir um fundo de compensação do trabalho. Este fundo de capitalização individual é financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Contudo, o Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro vem trazer profundas alterações a este regime.

Conforme preâmbulo do referido Decreto-Lei, "o Programa do XXIII Governo Constitucional comprometeu-se a reavaliar, com os parceiros sociais, a utilização do fundo de compensação do trabalho, a fim de melhorar o seu enquadramento e impacto nas relações laborais.

Essa reavaliação foi concretizada no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em sede de Concertação Social, através da medida que consiste na reconversão do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), na sequência da suspensão das contribuições para este fundo e das contribuições mensais para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de acordo com o previsto na Agenda do Trabalho Digno.

A reconversão do FCT visa permitir que as empresas que tenham contribuído para o Fundo invistam as verbas mobilizadas no apoio aos trabalhadores.

Entre as novas finalidades do FCT constam o apoio à habitação dos trabalhadores, através do financiamento dos custos ou investimentos na mesma, bem como o apoio a investimentos em creches e refeitórios, este último quando realizado de comum acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Adicionalmente, foi ainda consagrada a possibilidade de os empregadores financiarem a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores, mantendo-se igualmente a finalidade original.

Por outro lado, resultou ainda do Acordo a necessidade de reforço do FGCT através da transferência excecional de verbas do FCT, de forma a garantir que o FGCT continue habilitado a cumprir a finalidade para o qual foi criado, de assegurar o pagamento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual.

Finalmente, finda a vigência do Acordo, o Governo compromete-se a proceder à verificação do seu cumprimento, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social, de modo a avaliar se se encontram reunidas as condições necessárias para a liquidação e extinção do FCT.

Desta forma, vem o presente decreto-lei alterar os regimes jurídicos do FCT e do FGCT, bem como modelar os momentos de mobilização das verbas do FCT para as finalidades suprarreferidas”.

	Folheto Informativo				
	31-dez-23				

	Valor de Mercado (€)	Valor unitário das unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho (€)				Valorização média anual *		
		31-dez-23	Médo últimos 12 meses	Médo últimos 36 meses	Médo desde o início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde o início
FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	638.535.825,00	1.15063	1.12118	1.13367	1.07930	5,30%	1,11%	1,17%

	Folheto Informativo				
	31-dez-22				

	Valor de Mercado (€)	Valor unitário das unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho (€)				Valorização média anual *		
		31-dez-22	Médo últimos 12 meses	Médo últimos 36 meses	Médo desde o início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde o início
FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	632.074.420,44	1.06785	1.12227	1.13347	1.07115	5,92%	2,46%	0,43%

O seu saldo a 31 de dezembro de 2023 é de 6.148,44 €.

Por outro lado, a rubrica de Outros Investimentos Financeiros inclui ainda o valor da participação de 0,11% na Coimbra Inovação Parque no montante de 3.693,96 € e o valor da participação de 10% na Somas e Traços no montante de 15.000€.

A sociedade subscreveu 12 unidades de participação do fundo de investimento Bluecrow Innovation Fund V: ISIN: PTBLWNIM0009, no montante global de 600.000,00 euros. O investimento neste fundo, por se destinar posteriormente a financiar empresas que se dediquem sobretudo a I&D (Investigação e Desenvolvimento), atento o definido nos normativos legais e fiscais em vigor, é enquadrável como despesa elegível no âmbito do SIFIDE II, podendo os investidores deduzir à coleta de IRC o benefício fiscal obtido que no presente caso ascende a 82,5%. No caso concreto a dedução estima-se em 495.000,00 euros.

A reconciliação das quantias iniciais com as quantias finais destas rubricas é conforme segue:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros	
Não correntes:								
Bluecrow Innovation Fund V	0,00	600.000,00					26.888,40	573.111,60
Fundo de compensação de trabalho	5.993,82	875,52			720,90			6.148,44
Participação - I Parque	3.693,96							3.693,96
Participação - Somas e Traços	15.000,00							15.000,00
Total	24.687,78	600.875,52	0,00	0,00	720,90	0,00	26.888,40	597.954,00

18.5 Instrumentos de capital próprio

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da sociedade era de Eur 2.679.821,00.

A quota única é detida a 100% pelo SUCH – Serviço de utilização Comum dos Hospitais.

Reservas

O valor expresso em balanço na rubrica de Reservas é composto pela reserva legal e por uma reserva por dedução por lucros retidos e reinvestidos, conforme segue:

Rubrica	2023	2022
Reserva legal	535.964,20	345.328,43
Reserva DLRR	500.000,00	500.000,00
Total	1035.964,20	845.328,43

A Reserva Legal, no montante de 535.964, 20 euros representa 20,00% do Capital Social.

Em 2023 e 2022, nesta rubrica estão incluídos 500.000€ decorrentes da utilização por parte da Entidade de benefício fiscal DLRR no valor de 50.000€ que implicou o registo de uma reserva no valor de 500.000€. De acordo com o n.º 2 do artigo 32.º do CFI, essa reserva especial tem de ser mantida até ao fim do quinto exercício posterior ao da sua constituição, não podendo ser utilizada para distribuição para os sócios durante esse período.

Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desta rubrica reflete o efeito da aplicação de resultados de 2022, no valor de negativo de 3.616.668,23 euros e ainda o efeito da reclassificação de Lucros Não Atribuídos para Resultados Transitados pela distribuição de dividendos efetuada pelas participadas em 2023 no valor positivo de 5.122.889,86 euros.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Nesta rubrica estão incluídos os valores de "Lucros Não Atribuídos" resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial às participadas, os quais em termos acumulados e até finais de 2023 ascendem a 4.641.423,79 euros.

Adicionalmente nesta rubrica encontram-se reconhecidos valores de ajustamentos de transição, sem variação face a 2021, no montante de 35.494,53 euros e ainda ajustamentos decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas, no valor de 407.660,72 euros.

Em 31 de dezembro de 2023 a sociedade não tinha no seu capital próprio qualquer montante referente a incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor.

19 — Benefícios dos empregados

O n.º de colaboradores em 31 de dezembro 2023 e 2022 é conforme o quadro seguinte:

Atividade	2023			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Direção	3	0	3	2	1	3
Cafetarias	0	0	0	0	3	3
Parques de estacionamento	2	0	2	2	0	2
Serviços administrativos	2	11	13	2	10	12
Serviços de apoio logístico	3	2	5	3	4	7
Total	10	13	23	9	18	27

O decréscimo do número de funcionários em relação ao ano transato explica-se pelo abandono da atividade de exploração de cafetarias.

Os gastos com o pessoal a 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser detalhados como segue:

Rubrica	2023	2022
Remunerações do pessoal	404.594,08	608.166,49
Encargos sobre remunerações	79.210,83	121.872,76
Seguro de acidentes no trabalho	20.595,86	34.516,58
Outros gastos com pessoal	3.643,25	9.607,32
Total	508.244,02	774.163,15

20 — Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

A sociedade é detida a 100% pelo SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais.

A 31 de dezembro de 2023 a EAS é detentora de participações nas seguintes sociedades:

Designação Social	NIF	Sede Social	Capital Social	Fracção Devida		Capitais Próprios	Resultado
				Directamente	Indirectamente		
Such-Veolia - Serviços Hospitalares, ACE	503 718 289	Estrada de Paço de Arcos, 42, 2770-129 Paço de Arcos	150 000	45,00%		14.001.404	11.274.695
Somos Ambiente, ACE	508 653 479	Rua Gaivotas Terra, Lote 3, 13.01 N30, 1990-196 Lisboa	2.472.503	45,00%		11.228.862	1.926.816
Neovalor - Serviços em Ambiente e Saúde, SA	505 488 400	Pólo Logístico e Industrial de Arazede, 3140-047 Arazede	450 000	30,00%		1.112.464	341.462
Produtos Alimentares Peiper, S.A	500 712 298	Pólo Logístico e Industrial de Arazede, 3140-047 Arazede	1736 000	100,00%		-1.576 021	1.971
SNL Ibérica - Sociedade de Lavandarias Lda	509 235 689	R. Indústria, N.ºS 499 e 499-A, Zona Ind. Casal do Marco, 2840-182 Seixal	50 000	45,00%		5.806.457	2.045.169
Somas e Traços, Lda	514 450 282	Avenida Conde Valbom, 30, 5.º andar, 1050-068 Lisboa	1.000	10,00%		-12.1658	20.145
ASPB - Associação de Serviços Partilhados das Beiras	516 094 254	Zn. Ind. do Fundão, Lt. 116 e 117 A e B, 6230-483 Fundão	44.000	50,00%		192.452	214.479
Ertes - Sociedade de Representações Técnicas, Lda	514 668 458	Rua Lúcio de Azevedo, n.º 19 A, 1600-145 Lisboa	6 000	45,00%		181.323	105.369

A reconciliação entre a quantia escriturada no início e no fim do período de 2023 dos montantes dos investimentos financeiros é como segue:

	Quantia escriturada inicial	Aquisição	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2023 (MFP)	Outras ajustamentos	Quantia escriturada final
Such-Veolia - Serviços Hospitalares, ACE	5.837.024,96		-4.410.000,00	5.073.608,85		6.300.631,81
Somos Ambiente, ACE	4.064.982,80			867.067,16	90.311,83	5.022.361,79
Neovalor - Serviços em Ambiente e Saúde, SA	284.872,42			102.438,74		387.311,16
Produtos Alimentares Peiper, SA	1,00					1,00
SNL Ibérica - Sociedade de Lavandarias Lda	2.371.719,69		-679.139,86	920.328,01		2.612.905,84
ASPB - Associação de Serviços Partilhados d	0,00			76.225,77	20.000,00	96.225,77
Ertes - Sociedade de Representações, Lda	13.1498,83		-33.750,00	-16.153,71		81.595,12
Total	12.490.099,71	0,00	-5.122.869,86	7.023.510,82	110.311,83	14.501.032,50

Divulgação de transações entre partes relacionadas

A 31 de dezembro de 2023, os saldos e transações com partes relacionadas foram os seguintes:

Partes Relacionadas	2023							
	SUCH	Somos Ambiente	Neovalor	SNL	Peiper	Ertes	ASPB	Somas e Traços
Activos no fim do período								
não correntes								
Prestações Suplementares		1.082.000	53.572					
correntes								
Clientes	645.908	7.073	43.010	5.966	241.234	24.200		128.832
Outras contas a receber								
Accionistas/Sócios		446.490				33.750		
Outras Contas a receber			48.000		1.201.653		214.400	
Passivos no fim do período								
não correntes								
correntes								
Fornecedores	916.602		3.250					
Outras contas a pagar	200.000		21.000					
Resultados do Período								
Rendimentos	728.898	69.000	144.000	58.200		34.788		768.842
Gastos	130.099		86.908			10.000		

Acresce ainda ao mapa acima, o valor de 227 000,00 euros a receber da participada Peiper, que conforme o ponto 15 do presente anexo, não está reconhecido no Balanço por se entender ser um Ativo Contingente.

As principais transações entre a EAS e demais partes relacionadas foram as seguintes:

- SUCH: Aquisição de serviços;
Prestação de serviços de apoio operacional e logístico no âmbito do plano de vacinação;
- SOMOS AMBIENTE: Prestação de serviços na Área Gestão / Administração;
- NEOVALOR: Prestação de serviços de Assessoria de Gestão e na Área da Contabilidade;
Subarrendamento não habitacional;
- SNL: Prestação de serviços de Assessoria de Gestão e na Área da Contabilidade;

- ERTES: Prestação de serviços de Assessoria de Gestão e na Área da Contabilidade;
Aquisição de serviços de desinfecção;
- SOMAS E TRAÇOS Prestação de serviços de Assessoria
Cedência contratual;

A Sociedade pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado, pelo que todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber de partes relacionadas não se encontram cobertas por garantias.

Durante os exercícios findos em 2023 e 2022 não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Remuneração das pessoas chave da gestão

A gerência da sociedade EAS é não remunerada.

21 — Relato por segmentos

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a Entidade deverá divulgar, nesta Nota 21, entre outra informação, para cada um dos segmentos, os Rendimentos e os Gastos bem como a quantia escriturada total dos Ativos e dos Passivos. Informação a ser preparada de acordo com o disposto na NCP 25 – Relato por Segmentos.

Apesar da Entidade desenvolver um conjunto de atividades distintas consideram-se estarem todas interligadas, fazendo parte das suas funções, e perante a inexistência de esclarecimentos adicionais sobre esta matéria da Entidade supervisora (CNC-AP), é entendimento do Órgão de Gestão que não estarão reunidas as condições para aplicação da referida NCP 25 às Demonstrações Financeiras apresentadas, não estando em causa os objetivos previstos no nº 1 da referida NCP, entre os quais a compreensão do desempenho passado, a identificação dos recursos disponibilizados para suportar as atividades, e a transparência do relato financeiro ao nível do cumprimento das obrigações de prestação de contas..

Será ainda importante referir que o próprio Manual de Implementação do SNC-AP, contrariamente às restantes NCP, não contempla qualquer informação quanto à tipificação, separação e forma de apresentação da informação por segmentos, e muito menos quanto à eventual desagregação/afetação de Ativos e Passivos por cada segmento. Caso existam desenvolvimentos posteriores os Serviços da Entidade procederão em conformidade.

Apesar do referido anteriormente, a Entidade possui informação sobre os encargos com as funções exercidas e os custos das mesmas, sendo necessária a parametrização do sistema de informação para resposta completa às necessidades de relato, situação que prevemos seja ultrapassada no próximo exercício.

22 — Interesses em outras entidades

Não aplicável

23 Outras Divulgações

23.1 —Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	2023	2022
Subcontratos	28.775,00	2.028,27
Trabalhos especializados	230.337,70	385.236,72
Publicidade comunicação e imagem	443,50	230,33
Vigilância e segurança	49.350,00	49.486,38
Honorários	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	6.1528,07	24.55194
Serviços Bancários	5.689,83	4.969,44
Outros serviços especializados	0,00	5.244,83
Peças ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.275,10	13.240,57
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	1244,90	2.523,65
Artigos de higiene e limpeza vestuário e artigos pessoais	0,00	258,59
Outros materiais diversos de consumo	0,00	0,00
Eletricidade	172.676,93	195.012,81
Combustíveis e lubrificantes	52,13	0,00
Água	16.176,93	12.942,98
Gás	0,00	0,00
Deslocações e estadas	985,03	1048,73
Outros transportes	14.400,00	17.712,00
Rendas e alugueres	760.085,50	731.978,67
Comunicação	2.138,83	2.707,01
Seguros	2.814,45	2.659,51
Contencioso e notariado	651,50	15,00
Despesas de representação dos serviços	239,32	440,55
Limpeza, Higiene e Conforto	211,26	133,63
Outros serviços	0,00	245,98
Total	1.352.075,98	1.452.667,59

23.2 —Outros Gastos

A rubrica de Outros Gastos apresentava o seguinte detalhe a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Impostos e taxas	307,00	86,75
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		7.798,47
Abates		1042,57
Correcções relativas a períodos anteriores	7.584,00	1722,07
Quotizações	1200,00	1200,00
Insuficiência de estimativa para impostos	3.512,66	
Perdas FCT - Transmissão de trabalhadores	25,28	7.023,35
Ajustamento dívida a receber para valor presente	287.500,00	648.182,20
Outros não especificados	78.688,78	1573,73
Total	378.817,72	668.629,14

23.3 — Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados, no final de 2023 e 2022 era composta conforme segue:

	2023	2022
Juros suportados	24.864,10	81.266,78
Outros gastos de financiamento	0,00	127,71
Total	24.864,10	81.254,49

23.4 – Reflexos do conflito armado na Ucrânia e na Faixa de Gaza e

Como já referido no ponto 11 do Relatório de Gestão, a Gerência continua a acompanhar os desenvolvimentos relativos a estes conflitos armados. Mantém-se uma incerteza geral no que respeita à evolução da economia.

Estes acontecimentos continuam a ser acompanhados pela Gerência com particular atenção, procurando mitigar as consequências que possam resultar para a atividade da sociedade.

23.5 - Diversos

Informamos que não existem dívidas em mora ao Estado, incluindo a Segurança Social.

Relativamente ao Art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.

Nos termos do artigo 41.º do Código Fiscal do Investimento informa-se que é expectável que deixarão de ser pagos, e em relação ao exercício de 2023, o montante de 495.000, 00 euros de IRC, por via de dedução à coleta no âmbito do SIFIFE II.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 08 de abril de 2024 de acordo com indicações dos órgãos competentes.

23.6 - Proposta de Aplicação do Resultados

A Gerência propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que os resultados relativos ao exercício de 2023, no montante de 4 878 071, 45 euros, positivos, já deduzidos da atribuição de uma gratificação aos trabalhadores, no montante de 15 920 euros, resultado aquele que inclui ainda o montante 7 023 510,82 euros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP), efeitos positivos, tenham a seguinte aplicação:

Ajustamentos em ativos financeiros (Lucros não distribuídos) 7 023 510, 82 euros

Verificando-se a insuficiência do "resultado líquido do exercício", em virtude do ajustamento efetuado em "lucros não distribuídos", a Gerência propõe que seja transferido para cobertura da mesma o montante de 2 145 439, 37 euros de "Resultados Transitados".

Arazede, 8 de abril de 2024

O Contabilista Certificado



A Gerência

